



PROSPERITY

Empreendimentos e Assessoria Ltda.

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBAÚ - PR

Data: 19/10/2014

Caderno de Prova

LEIA AS INSTRUÇÕES:

NÃO ABRA O CADERNO DE TESTES ANTES DO SINAL!

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno contém 40 questões objetivas, assim distribuídas:

ÁREA DE CONHECIMENTO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CONHECIMENTOS GERAIS	INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
QUESTÕES	01 A 03	04 A 06	07 A 09	10 A 12	13 A 40

b) 01 (um) **GABARITO** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02- Coloque na Prova e no Gabarito o seu nome e número de inscrição.

03- Verifique se esse material está completo, sem imperfeições gráficas, caso contrário, avise **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Leia a prova com atenção, você terá 03 (três) horas para respondê-la.

05- Você deve ler atentamente cada questão no caderno de prova e escolher a alternativa que julgar correta, e após ter respondido todas as questões deverá passar as respostas para o gabarito.

06- Para cada questão existe apenas uma resposta correta dentre as quatro alternativas (A, B, C ou D) em caso de rasura ou de ser marcada mais de uma resposta no gabarito, a questão será anulada.

07- A resposta deve ser feita "A CANETA AZUL OU PRETA"

08- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.

09- Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.

10- SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO PÚBLICO o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando o Caderno de Questões e/ou o GABARITO.

Obs.: Por medida de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 01 (uma) hora contadas a partir do início das provas e **NÃO** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

11- Após o início da prova não será fornecido outro caderno de provas nem gabarito em qualquer hipótese.

12- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e a folha de respostas (Gabarito), devidamente preenchido e assinado.

13- O gabarito de respostas da prova será divulgado a partir das 16h00min do dia 20/10/2014 no site www.prosperityl.com.br e afixado na Câmara Municipal de Imbaú / PR.

NOME DO CANDIDATO	
Nº. DA INSCRIÇÃO	
CARGO	ADVOGADO
	BOA SORTE!

PORTUGUÊS

01 QUESTÃO

Para que este texto fique correto, faça as modificações que necessitam.

Pensar **a respeito** do futuro dos valores faz sentido apenas se **estipulemos** o valor do próprio futuro. A prospectiva dos valores é, portanto, indissolavelmente uma prospectiva do tempo que deve **deitar** as bases da ética do futuro: não a ética no futuro, mas a ética do presente para o futuro. O desenho dessa ética já está traçado pela notável evolução do conceito de responsabilidade, anteriormente voltado ao passado, mas, de agora em diante, **relacionado** principalmente às **potenciais** consequências de nossas ações.

- A - () A respeito por **há respeito**.
B - () Estipulemos por **estipularmos**.
C - () Deitar por **formação**.
D - () Relacionado por **relacionamento**.

02 QUESTÃO

Assinale a frase onde **não** há erro de concordância é:

- A - () Vão fazer cinco meses que ela se foi.
B - () Deu seis horas no relógio da matriz.
C - () Dois quilos são muito.
D - () O filho era as preocupações dos pais.

03 QUESTÃO

A frase construída corretamente quanto à ortografia é:

- A - () Há muito vêm caindo, os salários dos professores das universidades públicas, estes desanimados fazem greve, ou as trocam pelas instituições privadas.

B - () Sempre obsequioso, o assessor incumbiu-se de externar ao Governador nossa dissensão quanto à política energética.

C - () Os expedientes utilizados pela oposição deixaram exasperados os ânimos, em vista de seu caráter tão somente protelatório.

D - () Tais despesas talvez sejam excessivamente onerosas a um orçamento já expoliado pela má fé dos antecessores.

MATEMÁTICA

04 QUESTÃO

Foi concretizada uma entrevista com alunos de determinada escola com referência à prática de esportes, chegando-se à seguinte conclusão:

- 189 alunos praticam futebol;
- 156 alunos praticam vôlei;
- 112 alunos praticam handebol;
- 82 alunos praticam futebol e vôlei;
- 56 alunos praticam vôlei e handebol;
- 71 alunos praticam handebol e futebol;
- 36 alunos praticam os três esportes.

Diante da situação hipotética é correto afirmar que:

- A - () Foram entrevistados 457 alunos.
B - () Foram entrevistados 702 alunos.
C - () 72 alunos gostam apenas de vôlei.
D - () 54 alunos gostam apenas de vôlei.

05 QUESTÃO

Dezesseis pedreiros constroem uma casa de 100m² em 30 dias. Para a construção de uma casa, com 30% menor no tamanho e empregando-se doze pedreiros, serão necessários quantos dias para finalizar a obra?

Câmara Municipal de Imbaú – Concurso Público -
Advogado (a) – 2014

- A - () 25 dias.
B - () 28 dias.
C - () 35 dias.
D - () 38 dias.

06 QUESTÃO

João tem o triplo da idade de Zaqueu e o dobro da idade de Paulo. Sabendo que a soma das idades dos três é 66 anos, quantos anos tem João?

- A - () 36 anos.
B - () 18 anos.
C - () 12 anos.
D - () 40 anos.

CONHECIMENTOS GERAIS

07 QUESTÃO

Imbaú é um município brasileiro situado no interior do estado do Paraná e pertence a qual mesorregião e Microrregião?

- A- () Mesorregião do Centro Sul Paranaense e à Microrregião de Telêmaco Borba.
B- () Mesorregião do Centro Oriental Paranaense e à Microrregião de Telêmaco Borba.
C- () Mesorregião do Centro Oriental Paranaense e à Microrregião de Ponta Grossa.
D- () Mesorregião do Centro Sul Paranaense e à Microrregião de Ponta Grossa.

08 QUESTÃO

O município de Imbaú foi criado através de que lei e foi sancionada por qual governador?

- A- () Foi criado através da Lei Estadual nº 11.220, de 8 de novembro de 1995, sancionada pelo então governador do Paraná Jaime Lerner.
B- () Foi criado através da Lei Estadual nº 11.220, de 8 de novembro de 1991, sancionada pelo então governador do Paraná Roberto Requião.
C- () Foi criado através da Lei Estadual nº 11.220, de 8 de dezembro de 1995, sancionada pelo então governador do Paraná Jaime Lerner.
D- () Foi criado através da Lei Estadual nº 11.220, de 8 de dezembro de 1990, sancionada pelo então governador do Paraná Álvaro Dias.

09 QUESTÃO

Um economista francês ganhou o Prêmio Nobel de Economia 2014, devido à sua análise do poder de mercado e regulação (principalmente de setores de poucas empresas poderosas), sendo um dos economistas mais influentes dos tempos atuais. Ele recebeu um prêmio equivalente a 1,1 milhão de reais. Qual seu nome?

- A- () Jean Piaget.
B- () Jean Tirole.
C- () Jean Paul.
D- () Jean Jacques.

INFORMÁTICA

10 QUESTÃO

Quanto aos conhecimentos básicos sobre Hardware e Software, assinale a alternativa correta:

- A - () São periféricos de entrada: teclado, mouse, webcam, scanner e pendrive.
B - () Na placa mãe estão conectados o processador, a placa de vídeo, memória RAM, HD, leitor de CD/DVD, gravador de

CD/DVD, etc. Embora estejam conectados a ela, cada peça transmite os dados independente da placa mãe.

C - () Pode-se afirmar que todo software livre ou não proprietário são de “graça”, isto é, jamais serão vendidos ou serão embutidos neles a venda de consultoria ou serviços agregados.

D - () Os softwares pagos ou proprietários são aqueles que são de propriedade daquele que o criou e seu uso se dá através da aquisição da licença ou direito de uso, mas isso não significa comprar o software propriamente dito.

11 QUESTÃO

Considerando seus conhecimentos sobre o editor de texto Word XP, assinale a alternativa correta:

A - () O usuário ao acessar o editor de texto, ao clicar no menu “Exibição” ele tem três modos de exibição de documentos, são eles: layout de impressão, leitura em tela inteira e layout da web.

B - () Quando o usuário pretende restringir o modo como as pessoas podem acessar o documento e usa a ferramenta “Proteger Documento” que se encontra no menu “Revisão”.

C - () O usuário ao acessar o menu “Início” na parte de “Edição” ele encontra as ferramentas: Localizar, Substituir e Adicionar texto, nesta ordem.

D - () Todas as alternativas estão incorretas.

12 QUESTÃO

Os serviços de correio vêm sendo substituído por correio eletrônico, por várias razões. De acordo com os conhecimentos a respeito dessa tecnologia, assinale a alternativa correta:

A - () As mensagens via correio eletrônico são instantâneas, o que facilita muito, mas quando se envia arquivos em anexo, o usuário deve evitar compactá-los, haja vista que, o usuário pode não visualizar o conteúdo na íntegra.

B - () Os “clientes de e-mail” ou “gerenciador de e-mail” são aqueles que oferecem os serviços de correio eletrônico gratuitos ou não, dentre os gratuitos tem-se: Mozilla Thunderbird, Windows Live Mail, Eudora, por exemplo.

C - () Pode-se afirmar que o protocolo de recebimento de e-mail é o SMTP.

D - () Pode-se afirmar que os protocolos de envio de e-mail são o POP3 e o IMAP.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13 QUESTÃO

No que se refere ao Sistema Tributário Nacional é INCORRETO afirmar que cabe à lei complementar:

A - () A criação e majoração de tributos.

B - () Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

C - () Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

D - () Definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição Federal, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

14 QUESTÃO

Assinale a alternativa CORRETA correspondente ao tema de Recursos Processuais:

A - () Não cabe apelação à Ação de Mandado de Segurança, tendo em vista que

a mesma tem natureza de Remédio Constitucional, distinta das demais Ações Cíveis.

B - () Recebido o agravo de instrumento no tribunal, o relator do processo poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias.

C - () O recurso interposto por um dos litisconsortes sempre beneficiará os demais.

D - () Os embargos de declaração não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

15 QUESTÃO

Quanto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR é CORRETO afirmar que:

A - () Desempenha a função de controle interno e está vinculado ao Poder Legislativo.

B - () Desempenha a função de controle interno e está vinculado ao Poder Executivo.

C - () Desempenha a função de controle externo e está vinculado ao Poder Judiciário.

D - () Desempenha a função de controle externo e está vinculado ao Poder Legislativo.

16 QUESTÃO

Em atenção do disposto no artigo 29, inciso IV e V da Constituição Federal do Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

I) A composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; e nos Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos

Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais. II) A composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; e nos Municípios de sessenta mil e um a cento e vinte mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

III) A composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; e nos Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

IV) A composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 20.000 (vinte mil) habitantes e de até 40.000 (quarenta mil) habitantes; e nos Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

A - () Somente a alternativa I está correta.

B - () Estão incorretas as alternativas II e IV.

C - () Estão incorretas as alternativas III e IV.

D - () Estão corretas as alternativas II e III.

17 QUESTÃO

Considerando o Sistema de Registro de Preços, conforme Decreto 7892/2013, é CORRETO afirmar:

I - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.

II - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

III - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

IV - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Com relação às afirmativas anteriores assinale a alternativa CORRETA:

A - () Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

B - () Somente as afirmativas II e III estão corretas.

C - () Todas as afirmativas estão corretas.

D - () Todas as afirmativas estão incorretas.

18 QUESTÃO

Quanto às modalidades de licitação:

I) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

II) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do

recebimento das propostas, dispensada a necessidade de qualificação técnica.

III) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número máximo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.

IV) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

V) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens imóveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens móveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

A - () Estão corretas as alternativas I e IV.

B - () Estão incorretas as alternativas III, IV e V.

C - () Estão corretas as alternativas II, III e V.

D - () Todas as alternativas estão corretas, exceto a alternativa IV que está incorreta.

19 QUESTÃO

Com relação à Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93), é INCORRETO afirmar:

A - () Que é dispensável a licitação nas contratações de outros serviços e compras com valor até R\$ 8.000,00.

B - () A documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, que as licitantes devem apresentar, poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de licitação modalidade Carta Convite.

C - () A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade nunca gera obrigação de indenizar.

D - () Os contratos cujo objeto se caracterize como serviço continuado, poderá ser prorrogado até sessenta meses.

20 QUESTÃO

Fernando, advogado, resolve prestar Concurso Público para o cargo de Controlador Interno da Prefeitura Municipal do Município X, onde com sucesso obteve a aprovação. Após trâmites administrativos toma posse e começa seu efetivo exercício. No caso em tela, em relação a Fernando, configura-se a situação de:

A - () Incompatibilidade, não podendo advogar em hipótese alguma, tendo sua inscrição nos quadros da OAB cancelada.

B - () Não há qualquer vedação para o exercício da advocacia.

C - () Incompatibilidade, tendo a sua inscrição nos quadros da OAB suspensa.

D - () Impedimento, podendo advogar livremente, exceto contra a fazenda que o remunera.

21 QUESTÃO

Acerca do que dispõe o Código Tributário Nacional é CORRETO afirmar que tributo:

A - () São impostos e taxas, não incluindo as contribuições de melhoria.

B - () É necessariamente toda prestação pecuniária e compulsória.

C - () Não está submetido à reserva legal.
D - () Deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente discricionária.

22 QUESTÃO

De acordo com as normas de Direito de Civil, é CORRETO afirmar:

A - () Não incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.

B - () As obrigações solidárias não se presumem, seus efeitos resultam apenas da lei, nunca da vontade das partes.

C - () Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

D - () Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.

23 QUESTÃO

Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

I - Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado nos prazo de 180 dias a contar do envio das contas, previstos na Constituição Estadual, na Lei de Responsabilidade Fiscal.

II - Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra

irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

III – Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive os repasses para entidades privadas de caráter assistencial, que exerçam atividades de relevante interesse público, com fins lucrativos, ou que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que formalizarem acordos de Parceria Pública Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cíveis de Interesse Público, por contratos de gestão, termos de parceria ou instrumentos congêneres, exceto convênios.

IV – Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas no artigo 85 e seguintes dessa lei, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei e adotar as medidas cautelares cabíveis.

V – Assinar prazo de até (15) quinze dias, prorrogável por idêntico período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade.

VI – Decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato e sobre representações feitas pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

A – () Estão corretas as alternativas III, IV e V.

B – () Estão incorretas as alternativas I, V e VI.

C – () Estão corretas as alternativas II, IV e VI.

D – () Estão incorretas as alternativas II, IV e V.

24 QUESTÃO

Sobre as Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais, conforme a Lei nº 9504/97, assinale a alternativa correta:

I - Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, inclusive para a realização de convenção partidária.

II - Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, salvo se consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

III - Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.

IV - Nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, inclusive na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.

V - Realizar, em ano de eleição, antes do prazo fixado no inciso anterior, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.

VI - Fazer, no ano do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que

exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

- A - () Todas as alternativas estão erradas.
B - () Estão corretas as alternativas IV e VI.
C - () Estão erradas as alternativas II e III.
D - () Estão corretas as alternativas III e V.

25 QUESTÃO

Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e considerando que 03 (três) empresas interessadas em participar de licitação em determinado município, enviaram seus respectivos envelopes para participar de licitação modalidade Tomada de Preços tipo menor preço e não compareceram através de preposto credenciado, assim como não desistiram do prazo recursal sobre a fase de habilitação, é CORRETO afirmar:

- A - () A Comissão de Licitações, após abrir os envelopes de habilitação, deve publicar o resultado da habilitação e aguardar 05 (cinco) dias para receber possíveis recursos administrativos e, não havendo recursos, abrir os envelopes das propostas de preços.
B - () A Comissão de Licitações, após abrir os envelopes de habilitação, deve apenas aguardar 05 (cinco) dias para receber possíveis recursos administrativos, haja vista o interesse de cada licitante, e, não havendo recursos, abrir os envelopes das propostas de preços.
C - () A Comissão de Licitações, após abrir os envelopes de habilitação e julgar todos habilitados, em seguida, deve abrir os envelopes das propostas de preços, visto que não houveram inabilitados.
D - () A Comissão de Licitações, após abrir os envelopes de habilitação, mesmo que

julgar inabilitada uma das licitantes, imediatamente deve abrir os envelopes das propostas de preços, tendo em vista o Princípio da Legalidade e Celeridade.

26 QUESTÃO

É vedada a cassação de direitos políticos, exceto em situações específicas elencadas na Constituição Federal de 1988. Acerca do tema assinale a alternativa que NÃO gera cassação de direitos políticos:

- A - () Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
B - () Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
C - () Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º da Constituição Federal.
D - () Dano ao erário ressarcido por ato culposo do gestor.

27 QUESTÃO

Conforme disposto no artigo 85 da sua Lei Orgânica, o Tribunal de Contas, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades poderá, observado o devido processo legal, aplicar as seguintes sanções e medidas:

- A - () Multa administrativa; multa proporcional ao dano e sem prejuízo do ressarcimento; restituição de valores quando transitado em julgado; impedimento para obtenção de certidão liberatória; inabilitação para o exercício de cargo público; proibição de contratação com o Poder Público estadual; a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias.
B - () Multa administrativa; multa por infração fiscal; multa proporcional ao dano e sem prejuízo do ressarcimento;

restituição de valores; impedimento para obtenção de certidão liberatória; inabilitação para o exercício de cargo em comissão; proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias.

C - () Multa administrativa; multa proporcional ao dano e sem prejuízo do ressarcimento; restituição de valores quando transitado em julgado; impedimento para obtenção de certidão liberatória; inabilitação para o exercício de cargo público; proibição de contratação com o Poder Público estadual; a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias; detenção.

D - () Multa administrativa; multa por infração de improbidade; multa proporcional ao dano e sem prejuízo do ressarcimento; restituição de valores; impedimento para obtenção de certidão liberatória; inabilitação para o exercício de cargo público; proibição de contratação com o Poder Público municipal; a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias.

28 QUESTÃO

A competência tributária é a prerrogativa atribuída pela Constituição Federal de 1988 aos entes políticos do estado à instituição de tributos. Acerca do tema assinale a alternativa CORRETA:

I. É de competência dos Estados Federados a instituição de impostos sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

II. A competência para instituição legal de impostos sobre propriedade rural é da União Federal. Entretanto, os Municípios detêm capacidade para a fiscalização e cobrança.

III. Cabe à lei complementar dispor sobre substituição tributária.

Com relação às afirmativas anteriores assinale a alternativa CORRETA:

A - () A afirmativa I está incorreta e as afirmativas II e III estão corretas.

B - () As afirmativas I e II estão corretas e a afirmativa III está incorreta.

C - () A afirmativa II está incorreta e as afirmativas I e III estão corretas.

D - () Todas as afirmativas estão incorretas.

29 QUESTÃO

João, servidor público municipal, lotado no cargo de motorista, dirigia o veículo oficial do município X, em horário de expediente de seu trabalho, realizando diligências a pedido do Prefeito Municipal. Ao atravessar o sinal verde de um semáforo localizado em uma via sinalizada no Município X, João fora surpreendido pelo veículo de Márcia que atravessou o sinal vermelho e acabou por colidir na lateral do veículo que João dirigia. Nesse caso é correto afirmar que:

A - () Configura a responsabilidade objetiva do Estado, independentemente de dolo ou culpa na conduta do agente público, devendo Márcia ser indenizada pelos danos materiais em seu veículo.

B - () Configura-se a responsabilidade objetiva do Estado, pois o fato está assentado na teoria do risco integral, devendo o Município X indenizar Márcia pelos danos materiais em seu veículo.

C - () Não há que se falar em responsabilidade objetiva, pois, nesse caso não existe nexo causal entre a conduta do

agente público com o dano sofrido pelo particular, sendo João o responsável pelo reparo do veículo do Município.

D - () Não existe o dever de indenização à Márcia, já que se trata de culpa exclusiva da vítima.

30 QUESTÃO

O Remédio Constitucional Mandado de Segurança é uma ação de rito especial para amparar direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade é autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Acerca do Instituto Jurídico do Mandado de Segurança, assinale a alternativa INCORRETA:

A - () Não se admite a dilação probatória em sede de Mandado de Segurança.

B - () Pode ser impetrado contra ato eivado de excesso de poder e desvio de finalidade, praticado por autoridade coatora.

C - () Cabem no processo de mandado de segurança a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.

D - () Equiparam-se às autoridades públicas os representantes ou órgãos de partidos políticos.

31 QUESTÃO

Em relação à Lei nº 9.504/1997, marque a alternativa correta:

I - As condutas enumeradas no *caput* (art. 73) não se caracteriza atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sujeitam-se às condutas, às cominações do art. 12, inciso III daquele diploma.

II - No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

III - Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos, salvo se o agente público for candidato a reeleição.

IV - O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado.

V - Os agentes públicos podem utilizar veículos públicos para fins de campanha política, desde que estejam concorrendo a cargos do Executivo e reeleição.

A - () Estão incorretas as alternativas I, III e V.

B - () Somente a alternativa IV está correta.

C - () Somente a alternativa II está correta.

D - () Estão incorretas as alternativas II e IV.

32 QUESTÃO

Tratando-se das Emendas à Lei Orgânica do Município de Imbaú, Estado do Paraná, em seu Art. 47, é incorreto afirmar que:

A - () A Lei orgânica do Município será emendada mediante proposta: Do Prefeito; e de um terço, no mínimo dos membros da Câmara Municipal.

B - () As propostas de emenda à Lei Orgânica e Leis Complementares serão discutidas e votadas em dois Turnos, com

interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovadas quando obtiverem, em ambas as votações, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

C – () A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal com o respectivo número de ordem.

D – () A Lei Orgânica poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual no Município, estado de defesa ou estado de sítio.

33 QUESTÃO

Em conformidade com o Art. 46 da Lei Orgânica do Município de Imbaú, Estado do Paraná, o processo legislativo compreende a elaboração de:

A – () Somente a elaboração de Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções.

B – () A elaboração de: Emendas à Lei Orgânica do Município, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções.

C – () Somente a elaboração de Portarias, Decretos Legislativos e Resoluções.

D – () Somente a elaboração de Leis Complementares, Decretos Legislativos e Resoluções.

34 QUESTÃO

Tratando-se da Limitação de Despesas do Poder Legislativo no Artigo 35 da Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que:

A – () O total das despesas do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, obedecerá aos limites fixados no artigo 29-A da Constituição Federal, relativos ao somatório da receita tributária

e das transferências previstas no art. 153, § 5º, e nos arts. 158 e 159 da Carta Magna, efetivamente realizado no exercício anterior.

B – () Não constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal se gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

C – () Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal se gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

D – () As alternativas A e C estão corretas.

35 QUESTÃO

Segundo o Art. 41 da Lei Orgânica Municipal, os vereadores não poderão:

A – () Desde a expedição do diploma firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

B – () Desde a expedição do diploma aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive aqueles demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior, observado o disposto no artigo 38 da Constituição Federal.

C – () Desde a posse ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com o Município ou nela exercer função remunerada.

D – () Todas as alternativas estão corretas.

36 QUESTÃO

Segundo o Art. 120 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbaú, a Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente em caso de urgência e interesse público relevante:

- A – () Pelo seu Presidente; pela maioria absoluta de seus membros; e pelo Prefeito Municipal.
- B – () Somente pela maioria absoluta de seus membros.
- C – () Somente pelo seu Presidente.
- D – () Somente pelo seu Presidente e Prefeito Municipal.

37 QUESTÃO

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbaú em seu Art. 98 suas sessões serão:

- A – () Somente ordinárias, extraordinárias e especiais.
- B – () Somente ordinárias, extraordinárias e solenes.
- C – () Ordinárias, extraordinárias, solenes, preparatórias, secretas e especiais.
- D – () Somente preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

38 QUESTÃO

Da Inscrição e Do Uso da Palavra Art. 156 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbaú, para fazer uso da palavra, nos períodos destinados a este fim ou para discutir proposições, o vereador deverá:

- A – () Fazer sua inscrição prévia perante o 1º Secretário ou solicitar a palavra por meio de aparte quando esta for franqueada somente na palavra livre.

B – () O Vereador se ausente perderá a vez de falar, podendo nestes casos, fazer nova inscrição.

C – () O Vereador inscrito, quando chamado, poderá declinar do uso da palavra.

D – () A concessão da palavra observará a ordem cronológica de inscrição.

39 QUESTÃO

A Lei Complementar nº 135/2010, também conhecida como “Lei da Ficha Limpa”, que alterou a Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Elegibilidades) trouxe algumas novidades acerca de novas condutas que geram inelegibilidade. Desta destas podemos afirmar que, tornam-se inelegíveis:

A – () Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Comum, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.

B – () Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por qualquer órgão judicial, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes.

C – () Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de

mandatários que houverem agido nessa condição.

D –() Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação de pessoa jurídica, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição.

40 QUESTÃO

Conforme a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) podemos afirmar que:

A –() Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, com exceção aos dos agentes políticos.

B –() Também é passível de nulidade o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

C –() Para efeito desta Lei Complementar, entende-se

transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, ainda que onerosa.

D –() É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.